

CONFLITOS DE TERRA E REFORMA AGRÁRIANO PONTAL DO PARANAPANEMA (SP)

Fátima Rotundo da Silveira (1*)
José Ferrari Leite (*)
Marília Gómez Campos Libório (*)

RESUMO

Nesta comunicação, apresentamos os resultados preliminares de uma pesquisa desenvolvida pela Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, que procura compreender os diversos fatores que incidem sobre questão dos assentamentos de famílias “sem-terra”, na região do Pontal do Paranapanema, localizada no extremo sudoeste do Estado de São Paulo. A problemática dos assentamentos rurais está inserida no contexto da Reforma Agrária no Brasil, sobre a qual são levantados alguns aspectos da natureza estrutural e conjuntura.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte integrante de um projeto maior “Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma Agrária e Assentamentos no Estado de São Paulo”, desenvolvido em vários campi da Universidade Estadual Paulista (UNESP). O Campus de Presidente Prudente – Instituto de planejamento e Estudos Ambientais (IPEA) – é responsável pela análise dos assentamentos do Extremo Sudoeste Paulista, região do Pontal do Paranapanema.

Estão envolvidos neste estudo seis professores e treze alunos bolsistas.

Foram concluídas as etapas de levantamento bibliográfico, ex predições de reconhecimento e organização dos dados relativos ao perfil de cada assentamento, o que possibilitou a elaboração de dados preliminares.

A preocupação foi inserir o estudo dos assentamentos em um contexto mais amplo, pois são frutos do processo de ocupação do Território brasileiro.

Os fatores que intervieram no sentido da colonização do Brasil, entre os quais a grande escassez de mão de obra e grandes extensões de terras disponíveis, definiram a sua estrutura fundiária altamente concentrada, onde um grande contingente de população rural se acha desprovida de terras, o que tem ocasionado muitos conflitos sociais no campo.

Tentando minimizar estes conflitos, o governo federal tem, ao longo da história, proposto da história, proposto vários planos de reforma agrária.

¹ Docentes do Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais, Campus De Presidente Prudente da Universidade Estadual Paulista- Estado de São Paulo- Brasil.
Rua Roberto Simonsen, 305 – Caixa Posta, 957—19 060- Presidente Prudente – Estado de São Paulo - Brasil

A articulação política em torno da reforma agrária assumiu proporções maiores no Governo de João Goulart no início da década de 60, com a criação da Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), EM 1962.

Com o fim do regime institucional e o início da ditadura militar, há uma mudança na política referente à Reforma Agrária. O estatuto da Terra (Lei N° 4 504 de 30/11/64) foi aprovado, com forma encontrada de arrematar setores antes empenhados na efetivação de distribuir terras e dissolver conflitos e tensões latentes em torno do assunto.

No período pós-64, executo-se, durante o Governo Médici, a política de colonização da Amazônia, que reconhecidamente foi um instrumento de repressão aos movimentos sociais rurais e não obteve os resultados previstos em decorrência da forma de operacionalização de Plano de Integração Nacional (PIN) e do Proterra.

Em 1970, com a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Tentou-se desenvolver a “Metodologia para Programação Operacional dos Projetos de Assentamento de Agricultores”. Ainda no decorrer da década de 70 e início de década de 80, foram implantados outros projetos de assentamentos/colonização pelo INCRA , mantendo o caráter conservador que assumia este tipo de intervenção.

Arelado a esta política agrária federal, sem poder de desapropriação e limitando-se ao aproveitamento de terras públicas, o governo do Estado de São Paulo deu início, em 1983, à implantação de sua política fundiária, baseada em duas diretrizes básicas: a) o programa de assentamento de trabalhadores rurais; e b) o processo de regularização fundiária.

Há 27 projetos de assentamento por todo o Estado, seis dos quais, instalados no extremo Sudoeste Paulista, isto é, no pontal do Paranapanema, onde a irregularidade de ocupação do território gerou muitas invasões e conflitos.

Presidente Prudente, cidade onde se localiza o campus da UNESP encarregado do estudo destes seis projetos, é sede da região e encontra-se a uma distância média de 120 Km. dos assentamentos do Pontal, bem como dos maiores acampamentos dos “sem terras”, na área.

O objetivo desta pesquisa, além da caracterização física, social e econômica, é também analisar a viabilidade econômica dos assentamentos, identificando-se as ações que devem ser obedecidas no processo, tendo em vista a necessidade de assessoramento, financiamento, etc.

Serão analisadas as condições de saúde, educação, relacionamento dos assentados, bem como a situação da produção e comercialização.

A REFORMA AGRARIA NO PONTAL

O chamado Pontal do Paranapanema situa-se no extremo Sudoeste do Estado de São Paulo, tendo sido a última área dessa unidade política brasileira a ser

ocupada por lavradores e fazendeiros de gado já em meados do nosso século. O nome advém da confluência dos rios Paraná- Paranapanema, que foram um imenso triângulo com o vértice voltado para o Sul.



O pontal ficou esquecido por muitos anos, embora todo seu derredor fosse sendo ocupado por plantadores de café, a partir da década de 20. Essa demora de povoamento deu-se por dois motivos principais: a má qualidade dos solos e a documentação irregular dos terrenos da área. O próprio governo do Estado de São Paulo acabou por criar três grandes reservas ecológicas (1941-42) no pontal, declarando como “utilidade pública” quase 3 000 mil ha de terras cobertas por florestas tropicais a respectiva fauna, “para futuro estabelecimentos de florestas protetoras, remanescentes, e modelo”.

A atitude do governador do Estado, se por um lado atendia a legítimos interesses preservacionistas, visava igualmente a acabar, de vez, com as intermináveis lutas de posseiros, baseadas em falsos títulos de domínio. Por outro lado, o fato iria mostrar que a simples publicação de Decretos- Leis não serviria de impedimento ao avanço das derrubadas e queimadas por indivíduos interessados nas terras e na boa madeira existentes. Seria igualmente necessária a constuição de um corpo de vigias e policia florestal para fiscalizar o cumprimento de suas determinações.

De qualquer forma, a situação daqueles que ocupavam glebas no Pontal foi ficando cada vez mais complicada em seus aspectos legais, já que seus documentos de compra o de venda nunca foram reconhecidos como válidos. Na década de 50, acentua-se o povoamento da região, bem como as transferências de posses de imensos latifúndios. Foi a época da grande industrialização da cidade de São Paulo, do crescimento vertiginoso de sua população. Valorizam-se as terras do interior paulista pela necessidade da produção de alimentos.

Até 198, cerca del 88% das matas do Pontal vieram abaixo pelo fogo machado el pelas terríveis motos-serras. Em substituição ã vegetação arbórea platou-se, gramíneas forrageiras, que alimentam hoje cerca de um milhão de bovinos, os quais sustentam treze fazendeiros, cujos estabelecimentos possuem mais de 5 000 ha, seis dos quais com mis de 10 000 ha.

Além disso, ainda são criadores cerca de 120 pecuaristas, cujas fazendas ficam na faixa dos 500 ha, 5 000 ha. A área com tem ainda 3 368 famílias (1980), que moram em sítios com menos de 20 ha, e tem culturas de subsistência.

O Pontal do PARANAPANEMA tem sido país, permanentemente, uma área de fermentação de problemas de ordem ecológica, jurídica e social.

A partir de 1797, a companhia Energética de São Paulo (CESP) dá início à construção de três usinas hidroelétricas no Pontal: Porto Primavera, Taquaruçu e Rosana (esta já concluída), Pavimentam-se as estradas. Surgem vilas operárias. Ônibus originários de várias regiões do País trazem mão de obra disponível, sobre tudo do Nordeste. Como fim do regime militar e com o excesso de pretendentes a empregos, a gravam-se as invasões dos estabelecimentos rurais, a partir de 1980. Imensos acampamentos de “sem terras” formam –se ao longo das rodovias que mandam ao Pontal. Como se tratasse de excesso de mão de obra de CESP, em que bóias-frias misturam-se com ribeirinhos e famílias expulsas de fazendas desapropriadas, a própria empresa, por uns tempo, prestou cerca assistência aos acampados, fornecendo-lhes principalmente água. A Secretaria de Promoção Social prestava assistência alimentar. Montou-se, às pressas, um prometo de assentamentos rurais sobre as terras das antigas reservas florestais, agora ocupadas com pecuárias. Instalou-se a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários (SEAF) a fim de cuidar da “reforma agrária” estadual.

Atendendo dispositivos constitucionais da época, as terras ocupadas, mesmo irregularmente, deveriam ter suas benfeitorias devidamente indenizadas, em caso de desapropriação por interesse público.

Existem seis assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema, objetos do presente estudo. Cada um com idade e situações diferentes, porém todos sob a supervisão da SEAF, a través de convênios assinados com o Ministério da Reforma Agrária, cujos nomes se seguem: gleba Rebojo (1967), Lagoa São Paulo (1978), XV de novembro (1984), Rosana (1986), Areia Branca (1988) e Água Sumida (1988). (*). Nestas glebas, cujas áreas somam 34.152 ha, estão assentadas mais de 1 700 famílias de agricultores, envolvendo mais de oito mil pessoas. Sua evolução dependerá da velha luta entre capital e trabalho, entre progressistas e conservadores, entre o capitalismo e a sócio- democracia.

Com quanto existam importantes entidades que apóiam os assentamentos agrários , como a Igreja, os sindicatos rurais e urbanos e alguns partidos políticos, também não se pode olvidar que membros da União Democrática Ruralista (UDR), já se infiltraram nos órgãos federais e estaduais que cuidam da Reforma Agrária, objetivando o boicote do programa.

PERFIL DOS ASSENTAMENTOS

Todas as áreas destinadas aos (re) assentamentos apresentam características físicas semelhantes. A baixa fertilidade dos seus solo e inadequada distribuição

dos recursos hídricos dificultam um índice satisfatório de produtividade.

Com exceção da gleba Rebojo, os projetos estão sob a responsabilidade da SEAF e da GESP, além do Ministério da Reforma Agrária.

Explica-se a atuação da CESP pela construção de usinas hidrelétricas em trechos dos rios Paraná e Paranapanema, com a conseqüente inundação das áreas ribeirinhas e deslocamento das populações locais. Por este motivo, dois dos projetos - Lagoa São Paulo e Rosana- são destinados ao reassentamento das famílias desalojadas pela construção das barragens.

Os outros projetos foram antecidos por acampamentos, que são aglomerados de barracos, cobertos de lona ou plástico, com um cômodo apenas. Neles as famílias "sem-terra" instala,-se para aguardar a oportunidade de serem selecionadas pelos órgãos públicos encarregados desta tarefa, para assentamento em um dos projetos. Vivem situação de extrema dificuldade e sobrevivem graças à ajuda de alguns órgãos oficiais. Esta situação de penúria ainda é mantida durante algum tempo, mesmo depois de assentadas.

A situação começa a melhorar a partir do segundo ou terceiro ano de permanência nos lotes, quando assistência de técnicos agrícolas do projeto e a própria motivação pela posse da terra começam a surtir efeitos.

Os projetos tem lotes de 15 a 22 ha, para exploração da agricultura. No caso da gleba XV de Novembro, além de tais lotes, existem os destinados à pecuária, com 40 ha. Em certos casos, podem aparecer lotes menores.

A famílias são responsáveis pela construção de sua moradia e não contam com nenhum convenio,público ou particular, de natureza habitacional. De início, acomodam-se de maneira precária em barracos de pau-a-pique ou construções de madeira. Com o tempo, os beneficiários melhoram as instalações e, atualmente, já são várias as residências de alvenaria, com muitos cômodos e benfeitorias, que podem ser apreciadas nas glebas Rebojo. Lagoa São Paulo e XV de Novembro.

Para estimular esta convivência e criar condições para os serviços de educação, de saúde, religiosos, de lazer e de apoio à produção agrícola, foram criadas as agrovilas nas glebas Lagoa São Paulo, XV de Novembro e Rosana, que contam com energia elétrica e poços semi artesianos. Isto já acontece nos lotes, cujas famílias utilizam-se de lampiões de querosene e, para obter água, dirigem-se a pontos comuns de abastecimento ou constroem cisternas em seus lotes. Em nenhum dos projetos há rede de esgotos.

Um aspecto bastante positivo dos assentamentos é a crianças em idade de cursar o ciclo básico (1ª a 4ª séries). Esta proposta já está concretizada nos projetos com mais de dois anos. As professoras são mantidas pela Secretaria da educação, que, também, responde pela merenda material escolar. Existem, ainda, nas glebas XV de Novembro e Lagoa São Paulo, classes para alunos de 5ª a 8ª series so 1ª grau. Todavia, não há recursos profissionalizantes, nem para alfabetização de adultos, bem como não há creches.

Com relação à produção, os quatro projetos mais antigos contaram com estudos técnico- agrônômicos sobre as condições físicas, capacidade e fertilidade do solo e levantamento de recursos naturais. E, a partir daí, foi feita a indicação das culturas adequadas para cada área.

Com base nestas informações, cada beneficiário toma suas decisões e passa a explorar a terra de modo individual. No em tanto, em certos casos é recrutada mão de obra para auxiliar na colheita. A armazenagem é feita em armazéns coletivos.

Em todas as fases da produção, há eventual possibilidade do beneficiário contar com a assistência especializada de técnicos e engenheiros agrônomos da SEAF, CESP e Secretaria da Agricultura. Actualmente, são muito poucos e insuficientes para a demanda.

Peretende-se que a exploração do projeto seja comercial. Observam-se alguns resultados promissores nas glebas Rebojo, Lagoa São Paulo e XV de Novembro. Com tudo, existem famílias que mal conseguem produzir para a própria subsistência.

A maior parte da produção está baseada em culturas temporárias: feijão, soja, milho, amendoim, algodão, arroz. Mandioca. Mas, uma boa parte das famílias, principalmente na primeira fase de assentamento, planta mamona como forma de obter recursos para sua sobrevivência, tendo em vista as poucas exigências para o seu cultivo. Actualmente, vem ganhando destaque a sericultura nos projetos Rebojo e XV de Novembro. E neste último, deve ser lembrado o bom desempenho do gado leiteiro.

Para atender às necessidades de financiamento, os assentados têm recorrido a entidades bancárias públicas, como o Banco do Brasil, Banco do Estado de São Paulo e Caixa Econômica do Estado de São Paulo.

BIBLIOGRAFIA

ALEGRE, Marcos; LEITE, J. F. & SALGADO, F. C. F. -Rosana, no Pontal do Paranapanema. In: Boletim do Departamento de Geografia N°3 . FFCL de Presidente Prudente, 1970.

ANTONIO, Aramando Pereira -Projeto Co- Lagoa- os problemas de uma colonização dirigida no sudoeste paulista. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, 6:105-110, nov. 1983.

IANNI, O. - A Luta pela terra. 3ª ed. Petrópolis, Vozes, 1981.

LEITE, José Ferrari - A Alta Sorocabana e o Espaço Polarizado de Presidente Prudente. Tese de Doutorado, FFCL de Presidente Prudente, 1972.

----- A Ocupação do Pontal do Paranapanema, Tese de Livre-Docência, IPEA/UNESP, Presidente Prudente, 1983.

PRADO Jr, Cai -A questão agrária no Brasil, 2ª ed, São Pulo, Brasiliense, 1979, 186 p.